



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AMAZÔNIA.

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2021.

(Do Senhor José Ricardo)

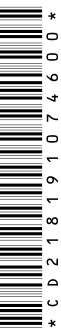
Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para debater sobre os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) na Amazônia, e projeto de lei 591/2021, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre autorização para que os serviços postais possam ser explorados pela iniciativa privada, inclusive os prestados hoje em regime de monopólio pelos Correios, estatal 100% pública.

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Exa., nos termos dos art. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão para debater sobre os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) na Amazônia, e projeto de lei 591/2021, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre autorização para que os serviços postais possam ser explorados pela iniciativa privada, inclusive os prestados hoje em regime de monopólio pelos Correios, estatal 100% pública.

Para esta Audiência Pública sugerimos os seguintes convidados:

- Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações;
- Ilustríssimo Senhor Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT);
- Representante da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas dos Correios e Similares (FENTECT);
- Representante da Associação Nacional dos Trabalhadores da ECT (ANATECT);
- Representante da Associação dos Profissionais dos Correios (ADCAP)
- Representante sindicato dos trabalhadores dos Correios do Amazonas (Sintect-AM)





JUSTIFICAÇÃO

Presente em todos os 5.570 municípios do Brasil, os Correios conhecem bem as dimensões continentais e a diversidade do país. Para entregar cerca de meio bilhão de objetos postais por mês em todo o território nacional, a empresa precisa driblar diferenças geográficas, econômicas e sociais.

Na região norte, a maior do país em área territorial, possui também a maior bacia hidrográfica do mundo: a amazônica. São mais de 16 mil quilômetros de malha hidroviária, o que faz dos rios da região a principal via de transporte de passageiros e cargas.

Na Amazônia, os serviços dos Correios são fundamentais para o funcionamento da cidade: desde enviar um documento via carta registrada até um Sedex.

Outrossim, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 591/2021 que dispõe sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais.

Para justificar a adoção da proposta, o governo Bolsonaro argumentou que o projeto de lei irá aperfeiçoar o arcabouço legal do setor postal com vistas à abertura econômica do mercado e à garantia da prestação do serviço postal universal. O processo de liberalização do setor postal não é inédito no mundo, e um dos exemplos mais citados foi o da União Europeia com um processo que se iniciou em 1992.

Os ataques aos Correios estão cada vez mais fortes por parte do Governo Federal. São constantes as afirmações de que os Correios precisam ser privatizados ainda este ano. Segundo matéria da revista *Veja* de 18.01.21, a privatização dos Correios se tornou uma obsessão do Ministro das Comunicações, que quer a todo custo concluir este projeto ainda em 2021.

A ADCAP (Associação dos Profissionais dos Correios) criticou a entrega do projeto de privatização feita hoje pelo presidente. "A pressa com que o tema está sendo conduzido indica que o objetivo parece ser tentar salvar a reputação do governo, maculada com os efeitos das desastradas decisões relacionadas à Petrobras", afirmaram os profissionais em nota. "Não parece correto, porém, que se tente compensar os prejuízos imputados ao mercado pelo Presidente da República com outros prejuízos, dessa vez imputados aos cidadãos e empresas que dependem dos Correios para terem um serviço postal acessível e em pleno funcionamento. Um erro não pode justificar outro erro", completaram no comunicado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Essa agenda entreguista do governo Bolsonaro está totalmente dissociada da realidade mundial em que uma pandemia está ceifando vidas cada vez mais. Ao invés de pautar a entrega do patrimônio nacional esse governo genocida deveria protagonizar medidas efetivas com um plano nacional de imunização de todos dos brasileiros e não terceirizar uma obrigação constitucional dele.

A quem interessa essa agenda privatista e lesiva aos interesses nacionais?

Diante do exposto, solicito o apoio dos demais membros desta Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia no sentido da aprovação do presente requerimento de audiência pública.

Sala das Comissões, 15 de março de 2021.

JOSÉ RICARDO

DEPUTADO FEDERAL PT/AM

Documento eletrônico assinado por José Ricardo (PT/AM), através do ponto SDR_56041, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

